



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FECAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÊNFASE EM LETRAS E LINGUAGENS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Marabá-PA
2023**

RAQUEL ARAUJO SOUZA

**O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE OS AWAETÉ- PARAKANÃ DA
ALDEIA PARANO'A, TERRA INDÍGENA PARAKANÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo, ênfase em Letras e Linguagens.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Cristina Macedo Alencar – ICH/FECAMPO

MARABÁ-PA
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Biblioteca
Setorial Campus do Tauarizinho**

S729e Souza, Raquel Araujo
O estatuto da língua portuguesa entre os Awaeté-Parakanã daAldeia
Parano'a, terra indígena Parakanã / Raquel Araujo Souza.
— 2023.
50 f. : il. color.

Orientador(a): Maria Cristina Macedo Alencar.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal
do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de
Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do
Campo, Marabá, 2023.

1. Língua portuguesa. 2. Índios Parakanã - Educação. 3. Indígenas -
Educação - Política governamental - Pará. 4. Sociolinguística. I. Alencar,
Maria Cristina Macedo, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 469

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994

RAQUEL ARAUJO SOUZA

**O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE OS AWAETÉ- PARAKANÃ DA
ALDEIA PARANO'A, TERRA INDÍGENA PARAKANÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo, ênfase em Letras e Linguagens.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Cristina Macedo Alencar – ICH/FECAMPO

Data de aprovação: Marabá (PA), 05 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Cristina Macedo Alencar (FECAMPO - Unifesspa)
Orientador

Prof. Dr. Hiran de Moura Possas (FECAMPO-Unifesspa)
Examinador Interno

Prof.^a Ma. Quélvia Souza Tavares (CRMB- IFPA)
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, ao meu pai *Joaquim Rodrigues Souza* e a minha mãe *Cristiane Alves de Araujo*. Sem eles, nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado e que tornaram possível essa experiência única e incrível.

Agradeço à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, a Faculdade de Educação do Campo e a todo o corpo docente e administrativo. Em especial à minha orientadora, Prof^a. Dra. Maria Cristina Macedo Alencar, pela qual tenho admiração pela profissional que é e gratidão por me exigir mais do que eu acreditava que seria capaz de realizar. Agradeço o compartilhamento de seu conhecimento e tempo, bem como sua amizade.

Agradeço aos meus pais pelo amor, apoio incondicional e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Agradeço aos meus queridos amigos, meus irmãos e à minha professora/coordenadora Selma M. Silva pelo apoio, força e ajuda nos momentos em que precisei. Por comemorar minhas vitórias como se fossem suas.

Agradeço aos meus amigos do curso, Angélica B. Costa, Leandro R. Sousa e Simone F. Sena. Obrigada por todas as palavras motivacionais. As risadas que compartilhei durante esses anos na faculdade também me ajudaram a passar o dia. Obrigada por tudo. Este TCC também é de vocês!

RESUMO

Neste trabalho reflete-se sobre o estatuto da Língua Portuguesa na aldeia *Parano'a*, Terra Indígena (T.I.) Parakanã, no sudeste do Pará. Orientou a condução da pesquisa o seguinte questionamento: qual o estatuto da Língua Portuguesa entre os falantes Parakanã da aldeia *Parano'a*? Diante disso, objetivou-se compreender o valor atribuído à Língua Portuguesa no interior dessa comunidade indígena. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica a fim de levantar informações sobre a história, a organização social do povo *Awaeté-Parakanã* e o processo de construção da educação escolar nas aldeias da T.I. Parakanã. Também se realizou pesquisa etnográfica (MATTOS, 2011) com vistas a identificar o estatuto atribuído pelos *Awaeté-Parakanã* à Língua Portuguesa na aldeia *Parano'a*. No referencial teórico refletimos sobre políticas linguísticas (CALVET, 2004) e políticas de educação escolar dos *Awaeté* da T.I. Parakanã (CAVALCANTI, 1999; ALENCAR, SENA e NONATO, 2022; NONATO, 2022; EMÍDIO-SILVA, 2017). Os resultados da pesquisa nos permitem afirmar que a luta dos *Awaeté-Parakanã*, da aldeia *Parano'a* para adquirir proficiência na Língua Portuguesa se trata de estratégia para fortalecimento de seu povo no sentido de construir diálogos com professores indígenas de outras etnias da região, conhecer a história dos *torias* e dos grupos indígenas, dentre outras demandas. O projeto de futuro dos *Awaeté-Parakanã* incluiu domínio pleno da Língua Portuguesa para que possam dialogar de forma igual com os *torias* e assumir a coordenação de suas escolas e de órgãos indigenistas na luta pelo exercício e garantia de seus direitos, apropriando-se também das tecnologias.

Palavras-chave: *Awaeté-Parakanã*; Terra indígena Parakanã; Políticas linguísticas; Educação Escolar Indígena.

ABSTRACT

This work reflects on the status of the Portuguese language in the Parano'a village, Terra Indígena (T.I.) Parakanã, in southeastern Pará. He guided the conduction of the research the following question, what is the status of the Portuguese language in the Parano'a village. In view of this, the objective was to understand the sociolinguistic situation of the Parano'a community, paying attention to the value attributed to the Portuguese language within the community. For that, a bibliographical research was carried out in order to recognize the history, the social organization of the Awaeté-Parakanã people and the process of construction of school education in the villages of T.I. Parakanã. Ethnographic research was also carried out (MATTOS, 2011) with a view to identifying the status attributed by the Awaeté-Parakanã to the Portuguese language in the Parano'a village. In the theoretical framework, we reflect on language policies (CALVET, 2004) and school education policies of the Awaeté of T.I Parakanã (CAVALCANTI, 1999; ALENCAR, SENA and NONATO, 2022; NONATO, 2022; EMÍDIO-SILVA, 2017). The research results allow us to state that the struggle of the Awaeté, from the Parano'a village to acquire proficiency in the Portuguese language, is a strategy to strengthen their people in the sense of building dialogues with indigenous teachers from other ethnic groups in the region, knowing the history of the Toria and other indigenous groups, among other demands. The future project of the Awaeté-Parakanã includes the full command of the Portuguese language so that they can dialogue equally with the Torias and assume the coordination of their schools and indigenist bodies in the fight for the exercise and guarantee of their rights, also appropriating of technologies.

Keywords: Awaeté-Parakanã; Parakanã Indigenous Land; Language policies; Indigenous School Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa da T.I. Parakanã.....	23
Figura 02 – Croqui da aldeia <i>Parano 'a</i>	25
Figura 03 – Lago (<i>Parano 'a</i>).....	26
Figura 04 – Casas dos moradores da comunidade	27
Figura 05 – Igreja.....	27
Figura 06 – Caixa d'água que abastece a aldeia... ..	28
Figura 07 – Casa do PPKN e a placa solar	29
Figura 08 – Escola <i>Imopinimawa Wyra 'awa Inatahya</i>	37
Figura 09 – Livros didáticos.....	37
Figura 10 – Mensagem de ódio contra os Awaeté-Parakanã.....	38
Figura 11 – Oficina de correção do material digitado.	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Trabalhos de Conclusão de Curso, da Unifesspa, realizados com comunidades indígenas no período de 2013 a 2022.....	14
Quadro 02 – Aldeias na T.I. Parakanã.....	21
Quadro 03 – Turmas 2023.....	36

LISTA DE SIGLAS

DCM/NR – Documento Curricular do Município de Novo Repartimento.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MEC – Ministério da Educação.

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

PPKN – Programa Parakanã.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

SEMED/NR – Secretaria Municipal de Educação de Novo Repartimento.

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena.

T.I. – Terra Indígena.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

GLOSSÁRIO AWAETÉ-PARAKANÃ

Akomaé – Homem.

Awaeté – Gente de verdade.

Awaeté Xe'enga – Língua Awaeté.

Konomia – Criança.

Koxoa – Mulher.

Parano'a – Rio.

Toria – Pessoa não indígena.

Toria Xe'enga – Língua falada por não indígena.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	OS AWAETÉ DA REGIÃO TOCANTÍNIA	20
3.	A ALDEIA PARANO'A.....	25
	3.1. Localização e acesso.....	28
	3.2. Água e energia	29
	3.3. Comunicação	30
	3.4. Saúde.....	31
	3.5. Atividades cotidianas e práticas tradicionais da aldeia.....	31
4.	EDUCAÇÃO ESCOLAR NA TERRA INDÍGENA AWAETÉ-PARAKANÃ... 33	
5.	A CONSTRUÇÃO DO LIVRO DE NARRATIVAS AWAETÉ-PARAKANÃ E O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	42
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
7.	REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa refletir sobre o estatuto que a Língua Portuguesa ocupa em uma das aldeias *Awaeté-Parakanã* da região tocantínia, no sudeste do Pará. Para tanto, fez-se necessário realizar pesquisa de campo para compreender como ocorre o processo de inserção da língua portuguesa na aldeia *Parano'a*. Na pesquisa buscou-se refletir sobre a necessidade colocada pela comunidade de aprender e ampliar o domínio da língua portuguesa.

Os indígenas *Awaeté-Parakanã* são um dos poucos grupos indígenas do sudeste paraense onde a língua materna é classificada como viva e plenamente ativa. Dada a circunstância de que a língua *Awaeté-Xe'enga* é uma língua forte, com alto grau de vitalidade, pois é transmitida de geração para geração. Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos falam a língua. Contudo, na relação com a sociedade não indígena, a língua materna é uma língua enfraquecida, pois possui poucos espaços de usos. Trata-se de uma língua cuja escrita não está desenvolvida, logo são poucas as práticas de letramento. Por tanto as funções dessa língua são reduzidas a ambientes domésticos, dessa forma, o Português acaba ocupando mais espaço na vida dos *Awaeté-Parakanã*, pois para criar um diálogo com a sociedade não indígena como no hospital, no comércio, para discutir assuntos referente as escolas, na TV, entre outros, tudo acontece através da Língua Portuguesa. Ou seja, o *Awaeté-Xe'enga* é uma língua forte no interior da comunidade, mas também uma língua enfraquecida mediante relação com a comunidade *toria*, conforme explica D'Angelis (2014, p. 5).

Ressalta-se que a pesquisa se origina de demanda apresentada pela liderança da aldeia *Parano'a* à Coordenação Regional do Baixo Tocantins da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em Marabá para a construção de um livro que registrasse as narrativas tradicionais *Awaeté-Parakanã*, contadas a partir da perspectiva do próprio povo (ALENCAR, 2022). Segundo o cacique da aldeia *Parano'a*, “*toria* já tentou escrever nossas histórias, mas não deu certo porque eles não escrevem do jeito que a gente fala. Eles querem corrigir e as palavras perdem os sentidos” (Diário de Campo, 12.09.2022). Durante nossa estadia em campo a liderança manifestou esse descontentamento acerca de materiais já produzidos sobre a história e cultura *Awaeté-Parakanã*. Ainda segundo o cacique, os materiais que apresentam narrativas *Awaeté-Parakanã* não passaram por correções feitas com os próprios narradores. O cacique enfatiza que essas histórias não são histórias do seu povo, pois “ele [o pesquisador] escreveu do jeito que ele achava que era a história. A gente

não corrigiu pra ver se tava bom. Tem muita coisa que não é do jeito que tá lá no livro e pra nós não serve” (Diário de Campo, 12.09.2022).

Nossa inserção na pesquisa se deu por meio da atuação como bolsista no Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão intitulado “Políticas linguísticas de valorização e manutenção da língua *Awaeté-Parakanã*” (2022-atual). Cientes da complexidade do processo de produção de materiais escritos em línguas até recentemente ágrafas, a primeira etapa dessa pesquisa foi realizada por meio de revisão da literatura científica já produzida sobre o povo *Awaeté-Parakanã*, a fim de compreender a organização social desse povo e o processo de construção da educação escolar em seu território. Iniciamos a pesquisa realizando revisão da literatura por meio de pesquisa bibliográfica, a partir do mês de junho de 2022, no intuito de conhecer a história do povo *Awaeté-Parakanã* da T.I. Parakanã. A leitura de Fausto (2010) e da tese de Emídio-Silva (2017) foi fundamental para compreender a história recente do povo *Awaeté-Parakanã* através do contato e, conseqüentemente, dos conflitos com outros grupos indígenas existentes na região e do contato forçado com os *torias* para benefício do Estado brasileiro, cujo propósito era levar o chamado “progresso” ao interior da Amazônia. Hoje sabemos como isso acabou sendo um desastre para as comunidades indígenas. Nos meses de junho a novembro de 2022 também realizamos leitura das reflexões feitas por Moraes (2020), Nonato (2022) e Alencar, Sena e Nonato (2022) já produzidas sobre o processo de construção da educação escolar na T.I. Parakanã. Nesses trabalhos reflete-se sobre a construção de uma educação escolar diferenciada e específica feita *para* e, mas recentemente, *pelos Awaeté- Parakanã*.

Também realizamos levantamento bibliográfico sobre as pesquisas já realizadas com os *Awaeté-Parakanã*. Esse levantamento foi realizado em sites de pesquisa como Google Acadêmico e a base de periódicos e de teses e dissertações da Capes. Utilizando a palavra-chave “*Parakanã*” no site de pesquisa Google Acadêmico foram encontrados 23 resultados de artigos e dissertações, sendo apenas uma tese na área da educação. Já no catálogo de teses e dissertações do Capes foram encontrados 31 resultados através da palavra-chave “*Parakanã*” e 2 resultados a partir da palavra-chave “*Awaeté*”, sendo apenas uma dissertação de mestrado e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área da educação.

Após essas buscas, também realizamos levantamento no repositório da Unifesspa sobre os TCC’s já produzidos nas faculdades de Educação do Campo, Letras, Ciências Sociais, Pedagogia, Geografia, História entre outras no *campus* de Marabá. Esse levantamento teve como objetivo identificar todos os trabalhos já realizados sobre comunidades indígenas

ou com essas comunidades indígenas do sul e sudeste do Pará. Por tanto, foram localizados 22 TCC's que tratam de temáticas indígenas ou que foram realizados em comunidades indígenas, como podemos observar no quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Trabalhos de Conclusão de Curso, da Unifesspa, realizados com comunidades indígenas no período de 2013 a 2022.

Faculdade	Ano	Título	Autor(a)	Orientador(a)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS ARAGUAIA TOCANTINS (FACSAT)	2017	A construção da liderança tradicional e política entre os Akrãtikatêjê: Autonomia e Identidade de um povo Jê	Katêjuprere Burjack Parkrekapare	Dr. ^a Luiza de Nazaré Mastop-Lima
	2022	Princípios da educação escolar indígena no Projeto Político Pedagógico das escolas Awaeté-Parakanã no município de Novo Repartimento-PA	Mayane Lima Nonato	Dr. ^a . Maria Cristina Macedo Alencar
FACULDADE DE GEOGRAFIA (FAGEO)	2018	Elementos de etnomapeamento: ensino de Geografia e seus reflexos na educação indígena.	Elson Pereira De Almeida	Dr. ^a . Maria Rita Vidal
		O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e o ensino de geografia presentes na Escola Indígena Tatakti Kyikatêjê.	Adriane Pinheiro Teixeira	Dr. Marcelo Gaudêncio Brito Pureza
		A formação de alunos indígenas no curso de Geografia da Unifesspa e os dilemas entre culturas	Raimundo César de Paula Vieira	
	2019	Alfabetização Cartográfica: Uma experiência no multiseriado na Escola Guairy Puran, Itupiranga/PA	Nayara Pereira Ventura Guajajara	Dr. Gustavo da Silva
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (FACED)	2013	Educação escolar na comunidade indígena Guajajara: a questão do ensino e aprendizagem na escola indígena Firmino.	Selma Azevedo Gonçalves	Dr. ^a . Eneida Corrêa de Assis
	2017	O ensino e aprendizagem da língua materna Kyikatejê: O desafio da manutenção da oralidade nos diálogos cotidianos.	Parkaprekti Kokaproti Jokukrekaprekre	Dr. ^a Ana Clédina Rodrigues Gomes
	2019	O curso de pedagogia da Unifesspa e as políticas de inclusão para estudantes indígenas: currículo e interculturalidade.	Jhemerson da Silva eNeto	

	2021	A Importância das Brincadeiras nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Tatakti Kyikatêjê.	Pjekawere Kine K. Cardoso	Ma. Vanja ElizabethSousa Costa
	2022	Gestão escolar não-indígena na escola de ensino básico da aldeia Djudjekô dos povos Xikrin	Bebyry Xikrin	
	2023	Jogos e brincadeiras na educação escolar indígena	Sirlene Tuwahideru Karaja	Profa. Silvana Sousa Lourinho
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (PARFOR)	2021	“Minha trajetória acadêmica enquanto indígena xikrin do katete: contribuições para a manutenção e fortalecimento da cultura e da língua do meu povo” (2021)	Katop Ti Xikrin	Dr. Lucivaldo Silva daCosta
	2022	Ser educadora na diversidade do campo do sul e sudestado Pará	Maria Aparecida Brito do Nascimento	Dra. Maria CristinaMacedo Alencar
FACULDADE DE HISTÓRIA (FAHIST)	2018	História Akrâtikatêjê: da remoção compulsória à luta pela implantação de uma escola na aldeia (2018)	Ruticléia Oliveira Rosados Prazeres	Valéria Moreira Coelhode Melo
	2021	Povos indígenas e a escolarização: aspectos da implementação da política nacional de educação escolar indígena no sudeste do Pará. (2021)	Cláudio Frigotto Hoffmann	
FACULDADE DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (FAEL)	2019	Gêneros orais e escritos que emergem na educação indígena e educação escolar indígena: um olhar sobre os saberes e fazeres docentes da escola Tatakti Kyikatêjê.	Adson Paulo Monteiro da Paixão	Dr ^a . Áustria Rodrigues Brito
	2021	Bilinguismo e interculturalidade no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental <i>Karai Guaxu, Tekoá Pyau</i> , Nova Jacundá, Jacundá-PA.	Diego Carvalho Pinto	Dr ^a . Maria CristinaMacedo Alencar

FACULDADE DE ARTES VISUAIS (FAV)	2022	Processos fotográficos históricos: Antotipia e Fitotipia	Lorena Braga Costa	Dr ^a . Silvia Helena dos Santos Cardoso
FACULDADE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FECAMPO)	2017	MÊ TÛMRE MÊ TAJÊ APÔIPA: Caminhando com os mais velhos Kÿikatêjê	Laize Bizerrio de Oliveira	Dr. Hiran de Moura Possas
	2019	“BE JAKAM BET DJÁ GU ME ARYM BA ARYM KABEN O BA BIT NORO KET- “Se nós escrevemos a nossa língua a gente não se esquece.”	Bep Punu Kayapó	Dr ^a . Maria Cristina Macedo Alencar
	2022	O Estatuto da Língua Indígena no Projeto Político Pedagógico escola Rõnõre Kaprere Pahiti Terra Indígena Mãe Maria	Francilene Pereira da Silva Ferreira	

Fonte: Sites Oficiais das Faculdades que compõem a Unifesspa e Repositório Institucional Unifesspa.

É necessário destacar aqui que temos ciência de que nem todos os trabalhos já produzidos sobre ou com comunidades indígenas na Unifesspa constam neste quadro. Primeiro porque nas páginas de muitas faculdades os TCC's não estão disponíveis e, segundo, porque no repositório da Unifesspa não estão todos os trabalhos, já que muitas vezes, os autores não encaminham para a biblioteca o termo de autorização de publicação e assim os trabalhos já produzidos não são disponibilizados no acervo.

Feita esta ressalva podemos observar que conforme apresentado no quadro 01, já foram produzidos TCC's com investigações realizadas sobre ou com comunidades dos povos *Guajajara, Karajá, Xikrin, Mebengokré-Kayapó, Guarani-Mbyá, Awaeté-Parakanã e Gavião Parkatêjê, Gavião Kyikatêjê e Gavião Akrãtikatêjê*. Isso indicia a paulatina inserção da Unifesspa nas comunidades indígenas do sul e sudeste do Pará. Observa-se também que do total de 22 TCC's já realizados com comunidades indígenas, seis deles tiveram como objeto o ensino de línguas indígenas ou portuguesa em contexto indígena. São os trabalhos de Ferreira (2022), Pinto (2021), *Xicrin* (2021) *Kayapó* (2019), Paixão (2019) e *Jokukrekaprekre* (2017). Destaca-se que há somente um trabalho produzido sobre a educação escolar *Awaeté-Parakanã* no município de Novo Repartimento-PA (NONATO, 2022). A reflexão que aqui apresentamos, portanto, se constitui no primeiro trabalho realizado com a comunidade *Awaeté-Parakanã*, cujo objeto é o estatuto de uma das línguas faladas na comunidade.

A segunda fase da investigação foi a pesquisa etnográfica, a qual se caracterizou pela permanência em campo, a aldeia Parano'a, realizando observação direta durante as oficinas ali realizadas com vistas a entender o funcionamento da comunidade e o valor que ali era atribuído à Língua Portuguesa. Conforme Mattos (2011) a pesquisa etnográfica visa, por meio da observação, conhecer os costumes e tradições de um determinado grupo tendo como objetivo monitorar, documentar e encontrar o significado e motivo para uma ação que acontece naquele grupo.

As oficinas do processo de elaboração do livro de narrativas *Awaeté-Parakanã* observadas foram realizadas na aldeia Parano'a no período de agosto a novembro de 2022. Nesse período permanecemos na aldeia ao longo de 3 a 5 dias. A equipe de pesquisadores permanecia na aldeia sempre acompanhada de Técnicos da FUNAI e do Programa Parakanã (PROPKN). Como primeira atividade da pesquisa foram realizados momentos de consulta prévia, informada e esclarecida com a comunidade e, posteriormente, as gravações em áudio e áudio vídeo, transcrições e revisões das narrativas *Awaeté-Parakanã*. Também foram realizados diversos diálogos com líderes e membros da comunidade. Nesses

momentos eles nos informaram da ausência de material didático escrito na própria língua para desenvolvimento de atividades escolares e a importância da elaboração de um material próprio, não somente para o uso escolar, mas também como meio de resistência e fortalecimento da própria língua e cultura *Awaeté-Parakanã*.

Feitas essas considerações informamos que este trabalho se encontra organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos informações sobre a história do contato e do território *Awaeté-Parakanã* da região tocantínia e informações sobre a introdução da instituição escolar na T.I. Parakanã. Em seguida, apresentamos a aldeia Parano'a, *locus* de realização dessa pesquisa. Por fim, apresentamos as etapas de construção do livro de narrativas *Awaeté-Parakanã* a partir das quais refletimos sobre o estatuto da língua portuguesa na aldeia Parano'a.

2. OS AWAETÉ DA REGIÃO TOCANTÍNIA

Awaeté, gente de verdade na língua indígena, é a autodenominação de um povo indígena que a sociedade não indígena nomeou como Parakanã (EMÍDIO-SILVA, 2017, p. 371). O povo *Awaeté-Parakanã* é falante da língua *Awaeté-Xe'enga*, a qual pode ser classificada em “*Língua viva e plenamente ativa*” no interior da T.I. Parakanã (D’ANGELIS, 2014, p. 5). As crianças, por exemplo, não falam a Língua Portuguesa e conseqüentemente têm dificuldades de compreendê-la.

O território tradicional *Awaeté-Parakanã* está situado entre os rios Xingu e Tocantins, no estado do Pará. Trata-se de um grupo de recente contato com a sociedade não indígena, o qual foi ocasionado pela pressão do Estado brasileiro para o “progresso”. Em 1983 o último grupo de *Awaeté-Parakanã* foi localizado nas proximidades do rio Xingu e foi compulsoriamente levado para a Terra Indígena Parakanã (EMÍDIO-SILVA, 2017, p. 108) onde vive atualmente uma população de 1513 *Awaetés* (Censo PROPKN, 2023).

A história deste grupo é marcada por conflitos com outros grupos indígenas existentes na região para defender suas comunidades, mas também por conflitos internos ao próprio grupo. De acordo com Fausto (2010) os *Awaetés-Parakanã* sempre viveram na densa floresta Amazônica a oeste do rio Tocantins, mas se dividiram em dois grandes grupos ao final do século XX, sendo eles Parakanã Oriental e Parakanã Ocidental. Tal divisão se deu por brigas internas, chegando a se tornarem inimigos. Atualmente, esse povo encontra-se organizado em duas Terras Indígenas, sendo elas T.I. Parakanã, que abrange os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga. Nessa T.I. há aldeias dos grupos ocidental e oriental; T.I. *Apyterewa*, que abrange o município de São Félix do Xingu, onde vivem somente membros do ocidental (EMÍDIO-SILVA, 2017, p. 108).

Emídio-Silva (2017, p. 108) relata que “as primeiras notícias sobre os Parakanã acontecem no início do século XX com a expansão econômica do País que avança floresta adentro, possibilitada pelos acessos dos rios Tocantins e Xingu”. Com a chegada do ‘progresso’, a abertura de estradas e ferrovia para o escoamento da borracha, da castanha, da madeira e do minério, as empresas passaram a se encontrar com esses grupos indígenas frequentemente. No entanto, esse contato foi bastante violento, tanto pelo barulho vindo das máquinas, caminhões e bombas, quanto pela destruição da natureza e de outras violências como estupro de mulheres, assassinato de crianças, entre outras. Com medo do ‘tal progresso’ e tudo que ele representava, os indígenas começaram a atacar para se defender com arcos e flechas, enquanto que os *torias* atacavam com armas de fogo.

Em cartas sobre a expedição armada, dirigidas a Harald Schulz, “datada de 07 de dezembro de 1945”, no qual denunciava as violências contra os indígenas Parakanã, o senhor Carlos Teles, responsável pela obra de construção da Estrada de Ferro Tocantins, incentiva a violência contra o grupo indígena.

De hoje em diante, quando avistarem índios na estrada de ferro, ninguém mais deveria pesquisar se estes vinham com intenções pacíficas ou não, mas abrir fogo contra eles, e não deveriam atirar para o ar e nem para o chão, mas fazer pontaria certa! Ele, Teles, ficaria como responsável por todas as consequências”... “Ou se acaba com os índios ou estes acabam com a civilização! (EMÍDIO-SILVA, 2017, p. 110).

De acordo com Emídio-Silva (2017), além da violência armada, os *Awaeté-Parakanã* também sofreram com as doenças trazidas pelos *torias*. Com a chegada das empresas responsáveis pela construção da ferrovia e da estrada, o contato com os grupos indígenas passou a ser constante, além de desastroso. Através desse contato surgiram muitas doenças como malária, gripe, hepatite, entre outras. Devido à diferença de vida, de alimentação, de costume etc., e a imunidade desse grupo que era mais frágil, muitos acabaram morrendo. Também houve um crescimento no número de crianças que nasceram com deficiências e de doenças sexualmente transmissíveis sofridos pelas mulheres indígenas que foram vítimas de estropos após a chegada de muitos trabalhadores para essas construções que estavam acontecendo na região.

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí foi outro processo extremamente agressivo para os povos indígenas da Amazônia, principalmente aos grupos do baixo Tocantins. Quando os *Awaeté-Parakanã* estavam começando a adaptarem-se as novas condições impostas pelos *torias*, tiveram que enfrentar mais uma mudança. O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí resultaria no alagamento de grande parte do território tradicional e, conseqüentemente, provocando o deslocamento compulsório ou forçado desse povo para onde hoje é a região da rodovia Transamazônica. Há relatos que contam que esse grupo “foi retirado de helicóptero” e realojado em outro espaço no qual se encontram atualmente. (EMÍDIO- SILVA, 2017, p. 205).

Segundo Emídio-Silva (2017, p. 72), até o ano de 1996, a T.I. Parakanã era formada por apenas duas aldeias: *Paranatinga* com cerca de 180 habitantes *Maroxewara* com cerca de 288 habitantes. As casas àquela época, como até hoje, foram feitas de madeira com cobertura de palha. Apesar de reivindicação por casas de alvenaria pelos próprios *Awaeté-Parakanã*, registra-se que até o ano de 2022, quando realizamos nossa pesquisa de campo,

as casas ainda não haviam sido construídas pelo PROPKN. Apenas os pisos das casas são de alvenaria.

Emídio-Silva (2017) nos informa que a partir de 1997 surgiram novas aldeias. Atualmente há 27 aldeias na T.I. Parakanã conforme apresentado no quadro 02, a seguir:

Quadro 02: Aldeias na T.I. Parakanã.

Nº	Topônimo	Município	Divisão político-territorial Awaeté-Parakanã
01	Maroxewara	Itupiranga	Grupo de Cima/Ocidentais
02	Inaxyganga		
03	Itapeyga		
04	Parano'ona		
05	Maropayga		
06	Paraxotinga		
07	Paranopytera		
08	Paranoema		
09	Parano'á		
10	Paranoita		
11	Itanaronga		
12	Paranatinga		
13	Arawayga		
14	Xaraira		
15	Awikatoa		
16	Inata'arona		
17	Itago'a		
18	Xataopawa		
19	Oayga		
20	Itaoenawa		
21	Paranowaona		
22	Itaygara		
23	Paranoawe		
24	Xomanakawa		
25	Xawawery		
26	Xomipaywa		
27	Petiytawa		

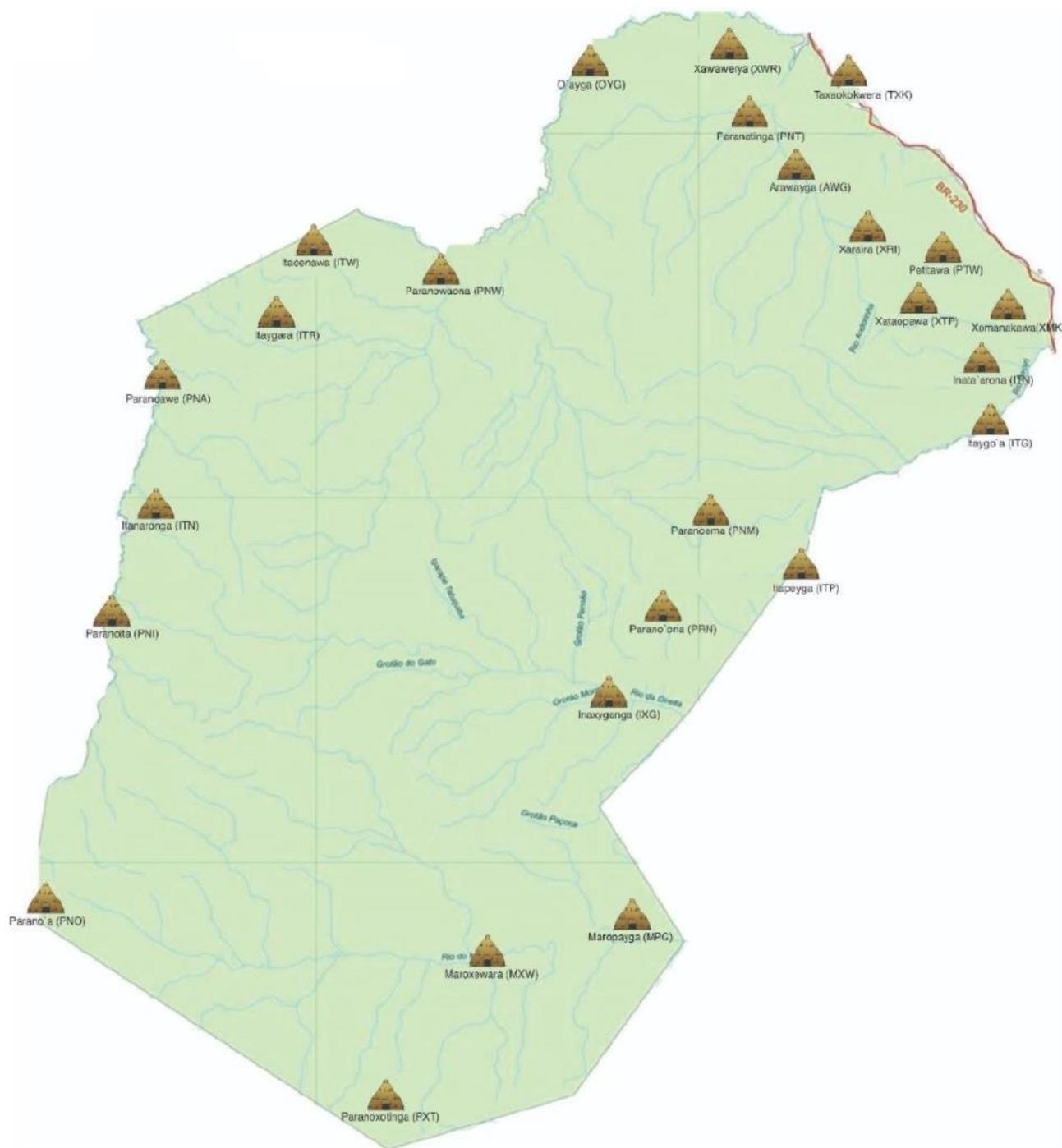
Fonte: Censo da saúde PROPKN (2023).

Como se vê, há aldeias que são do Grupo Ocidental tanto no município de Novo Repartimento quanto no município de Itupiranga. Isso interfere nos modos como o povo se organiza e luta pelos direitos a educação e saúde, por exemplo, pois os *Awaeté-Parakanã* do Grupo Ocidental ficam divididos e tendo que brigar com Novo Repartimento e com Itupiranga.

Com uma extensão é de 351.697,41 ha, a T.I. Parakanã abrange os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga. A medida de demarcação da T.I. é resultante da devastação de uma grande parte da selva causada a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e do projeto Carajás de extração de minério. (NONATO, 2022, p. 23).

É necessário destacar que T.I. Parakanã sofre constantemente com invasões de madeireiros, de caçadores, de garimpeiros ilegais, além de despertar o interesse de latifundiários da região. Uma estratégia do povo *Awaeté-Parakanã* é construir aldeias as margens da T.I., dessa forma vai surgindo novas aldeias.

Figura 01: Mapa da T.I. Parakanã.



Atualizado em set/2022

Fonte: Programa Parakanã: Convênio Eletronorte. Novo Repartimento, 2022.

Conforme se observa no mapa a localização de todas as aldeias se encontraram as margens da T.I. Parakanã como forma de prevenir a presença humana e garantir a proteção do território. Apesar de tal medida, ainda são registrados inúmeros casos de caçadores e garimpeiros clandestinos encontrados dentro da T.I. Parakanã por se tratar de um terreno grande e com vasta área de floresta não desmatada (Diário de Campo, 12.09.2022).

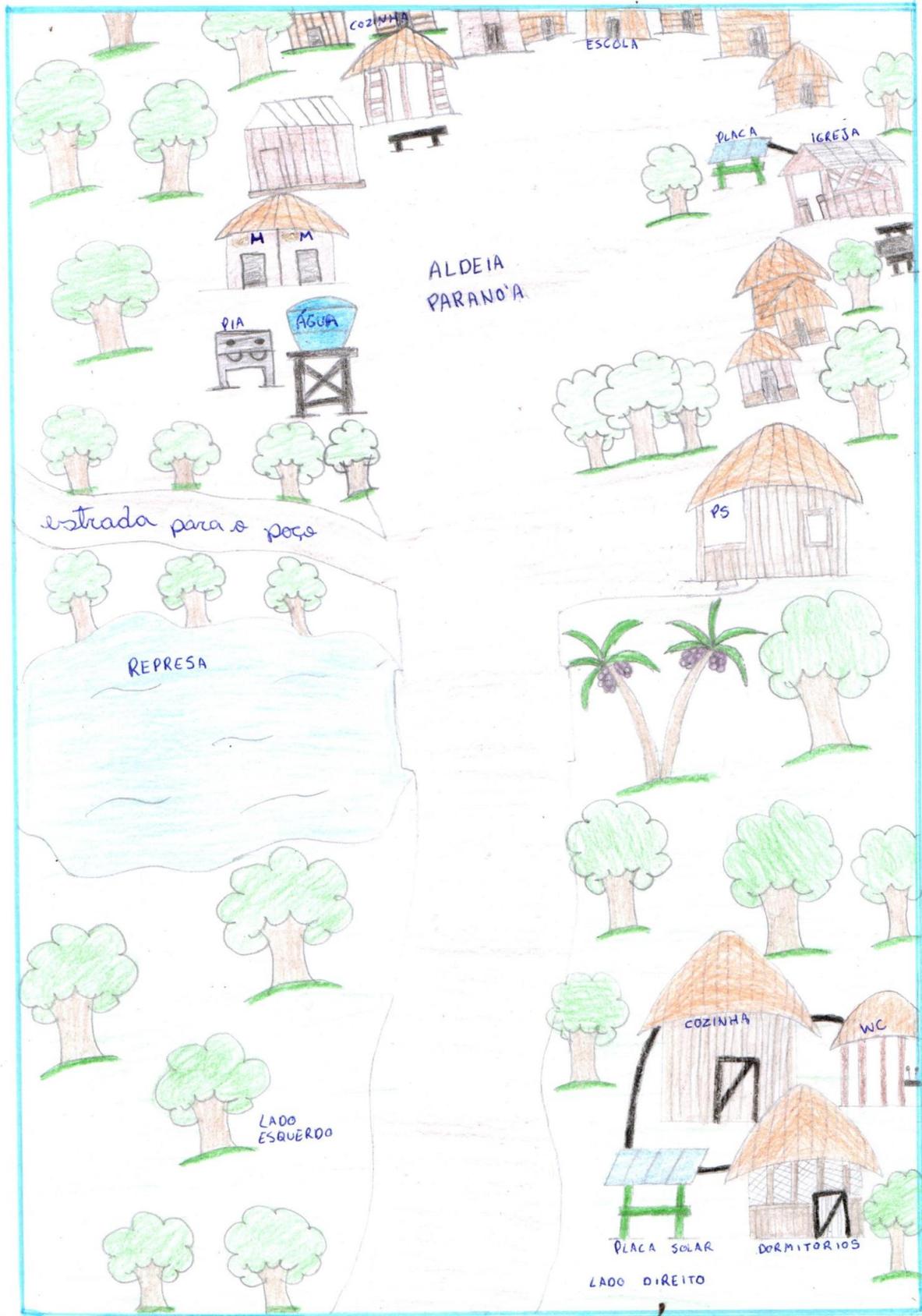
3. A ALDEIA PARANO'A.

A aldeia *Parano'a*, onde realizamos a pesquisa aqui apresentada, é uma das aldeias da T.I. Parakanã, cuja escola está sob a gestão do município de Novo Repartimento, no sudeste do Pará. O cacique da aldeia nos relatou que depois de demarcada a T.I. Parakanã ele e outros *Awaeté* sobrevoaram todo o território de helicóptero, juntamente com uma equipe da FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para conhecer os limites da T.I. (Diário de Campo, 27.08.2022).

A aldeia *Parano'a* foi fundada em 2003. Encontra-se há 20 km da vila do Projeto de Assentamento Rio Gelado e há 30 km da Vila Novo Progresso, ambas na área rural do município de Novo Repartimento. A aldeia *Parano'a* tem dez casas. A estrada fica no meio e as casas ao redor. Ao ingressar na aldeia, logo na entrada (lado direito) encontramos o posto do Programa Parakanã com três barracões. No primeiro barracão encontra-se o dormitório dos professores, técnicos de saúde, cozinheira e demais profissionais de apoio. No segundo está a cozinha e no terceiro há dois banheiros com uma lavanderia.

Em seguida (lado esquerdo) existe um lago que passou por alguns reparos para criação de peixes, no entanto, está sem peixes. Segundo os moradores, este lago irá passar por novos reparos antes de colocar peixes novamente para o sustento da aldeia. Após o lago aparece a estrada do poço que abastece toda a aldeia.

Figura 02: Croqui da aldeia Parano'a.



Elaboração: SOUZA, Raquel Araújo, 2023.

Figura 03: Lago (*Parano'a*).



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

No caminho entre o posto de apoio do PPKN e o centro da aldeia, há uma pequena ladeira. No topo da ladeira, ao lado direito, avista-se o posto de saúde. No lado esquerdo situa-se a caixa d'água que abastece a aldeia, dois banheiros e uma lavanderia para o uso das famílias.

Em seguida vemos as casas dos moradores, uma escola e uma igreja que estão organizadas em formato de círculo. Durante a semana, a igreja funciona como uma sala de aula para atender as demandas da comunidade.

As casas do posto de apoio do Programa Parakanã, dos moradores da aldeia, do posto de saúde e da escola são todas cobertas de palhas, algumas possuem paredes de palhas, de tábuas e outra de madeira (troncos de árvores finas cortadas ao meio). Algumas casas possuem piso de cimento, outras são de barro. Algumas casas foram construídas em formato retangular, mas a maioria possui o formato redondo.

Figura 04: Casas dos moradores da comunidade.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

A igreja é o único imóvel na aldeia que foi construído de tábua, baldrame de tijolos e cobertura de telhas brasilite.

Figura 05: Igreja.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

Aos domingos, o pastor desloca-se da vila Gelado, cerca de vinte quilômetros para celebrar o culto, dá a ceia e receber o dízimo dos *Awaeté*.

3.1. Localização e acesso

A aldeia pode ser acessada por duas vias. A primeira via de acesso se dá pela estrada da vila do Projeto de Assentamento (P.A.) Rio Gelado, município de Novo Repartimento,

num percurso de 180 km a partir de Novo Repartimento e a segunda pela estrada da vila São Sebastião, município de Itupiranga que em certo trecho se une com a estrada do Rio Preto município de Marabá, num percurso de 330 km, a partir da cidade de Marabá. Ambas as estradas não possuem pavimentação e ficam intrafegáveis no período de fortes chuvas

Para o desenvolvimento das atividades previstas na pesquisa de extensão da Unifesspa, a equipe percorria o segundo trajeto se deslocando de Marabá para Itupiranga através da estrada que liga a Agrovila à vila São Sebastião e depois à aldeia Parano'a. O percurso era feito em aproximadamente sete horas de viagem.

3.2. Água e energia

O abastecimento de água na aldeia Parano'a é exclusivamente de poço cacimbão sem tratamento necessário para o consumo. Há um morador responsável por ligar e desligar a bomba d'água para que não falte água na caixa que abastece a aldeia e na caixa que abastece o posto do Programa. A caixa d'água tem 2000 litros e é abastecida pelo sistema da energia solar.

Figura 06: Caixa d'água que abastece a aldeia ao lado, a pia e os banheiros comunitários.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

O fornecimento de energia ocorre através de placas solares. As placas são responsáveis por fornecer a energia suficiente para alimentar lâmpadas na escola e lâmpadas e tomadas nas casas, utilizadas para recarregar os aparelhos celulares; na igreja, para uso de lâmpadas e tomadas para a utilização de caixa de som e no posto de saúde para o uso de lâmpadas e tomadas para utilização de equipamentos como a bomba de inalação e para o rádio de comunicação.

No posto do PROPKN há duas placas de energia solar que alimentam as lâmpadas, as tomadas e uma geladeira pequena. No entanto, até o mês de novembro de 2022, quando

estivemos a última vez na comunidade, havia somente uma placa funcionando. Consequentemente, a carga não era suficiente para alimentar a geladeira corretamente e por isso, passava a noite desligada.

Figura 07: Casa do PROPKN e a placa solar.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

Outro problema refere-se ao período de inverno, pois a ausência de sol não recarrega as placas e a falta de energia é frequente.

3.3. Comunicação

A comunicação na aldeia acontece através de rádio transmissão. O rádio encontra-se instalado no posto de saúde e através dele as aldeias trocam informações e recados. No entanto, o rádio da aldeia Parano'a encontrava-se com defeito. Dessa forma, só era possível ouvir as conversações entre as outras aldeias.

Na aldeia, alguns *awaetés* possuem *smartphones*, mas não há rede de sinal e antena de *wifi*. Para se comunicar via internet os moradores precisavam se deslocar para fora da aldeia para acessar o *wifi* nas fazendas vizinhas. A rede de *wifi* pertence a um morador local da região a aproximadamente quatro quilômetros da aldeia e os moradores fazem esse trajeto de carro quando possível, ou a pé quando o carro não está em condições de uso (quebrado).

3.4. Saúde

Até o ano de 2019 a saúde dos *Awaeté-Parakanã*, da T.I. Parakanã era gerida somente pelo PROPKN. A partir de 2019 a Secretaria de Saúde Especial Indígena (SESAI) iniciou a transição para assumir a gestão da saúde dos *Awaeté-Parakanã*. Em 2022, durante nossas atividades de campo, na aldeia Parano'a havia um posto de saúde gerido pelo PROPKN. Os técnicos da SESAI iam à aldeia, a cada três meses, para administrar as vacinas, orientar e fornecer medicamentos para contracepção e consulta com clínico geral.

No posto de saúde da aldeia atuava uma técnica de enfermagem contratada pelo PROPKN. Essa técnica atuava em forma de rodízio nas aldeias da T.I. Parakanã. Dessa forma, a técnica ficava na aldeia por três meses, tendo uma folga para visitar a família e, ao retornar da folga, era direcionada para outra aldeia. O PROPKN também tem uma dentista que realiza atendimentos nas aldeias Paranatinga (para o grupo dos Orientais) e Maroxewara (para o grupo dos Ocidentais). Esses atendimentos acontecem a cada três meses. O PROPKN também é responsável por distribuir os medicamentos básicos para as aldeias. Segundo uma técnica, é muito frequente a falta de medicamentos básicos, principalmente no período de inverno, pois as estradas ficam intratáveis. “Às vezes a gente tira do nosso pra não deixar os *Awaeté* sem atendimento porque o Programa demora mandar. No inverno então a gente tem que vim preparada pra isso” (Diário de Campo, 18.11.2022).

Quando surge algum problema mais sério, a técnica de enfermagem que fica de plantão na aldeia entra em contato com o coordenador do PROPKN para que um transporte seja enviado o mais rápido possível para retirada do paciente para a cidade. “Antigamente a gente levava para Novo Repartimento ou, quando mais grave, para Tucuruí. Depois do acontecido¹, a gente tem que ir direto pra Tucuruí, Itupiranga ou Marabá” (Diário de Campo, 18.11.2022).

3.5. Atividades cotidianas e práticas tradicionais da aldeia

No cotidiano da aldeia observamos que os homens são responsáveis por todas as questões burocráticas para garantir a educação, a saúde, a segurança e o bem estar social. Ou seja, a relação com os *toria* é feita pelos homens (*akomaé*). Já as mulheres (*koxoa*) são

¹ Faz referência ao fato de terem sido localizados os corpos de três jovens dentro da T.I. Parakanã Cf.: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/04/30/tres-corpos-sao-encontrados-na-reserva-indigena-parakana-local-que-tres-cacadores-haviam-desaparecido.ghtml>; Norte selvagem: Indígenas são vítimas de campanha de ódio após a morte de três caçadores em área demarcada (cf. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/norte-selvagem/>)

responsáveis por cuidar da casa, dos filhos e da roça. Os homens fazem a derrubada, a queimada e a limpeza da área escolhida para fazer a roça e as mulheres então assumem a responsabilidade de plantar e colher junto com os filhos. A atividade de caça também é de responsabilidade dos homens. No entanto, não são todos os homens da aldeia que caçam. Quando a caçada é bem-sucedida todos os moradores da aldeia se unem para compartilhar da refeição.

O cacique relata que a pandemia de COVID-19 interrompeu a realização das festas tradicionais que eram realizadas na aldeia *Maroxewara*, reunindo os moradores de todas as aldeias dos *Awaeté* Ocidentais. A obrigatoriedade de manter o distanciamento impossibilitou a realização de suas celebrações tradicionais. No entanto, ele comenta sobre a preparação para os rituais, na maioria das vezes, envolvendo a participação de todos os membros da comunidade no qual fazem uso de pinturas, artefatos produzidos de penas, cabaças e sementes silvestres, danças, preparação espiritual, etc. O cacique relata que alguns rituais não podem ser realizados por todos os membros, pois pode trazer doenças para a comunidade. Outra curiosidade se trata da comida. Somente mulheres e crianças podem comer a carne do poraquê, pois quando consumida pelos homens resulta em fraqueza destes, já a carne de jacaré pode ser consumida por todos os membros da comunidade (Diário de Campo, 27.08.2022).

4. EDUCAÇÃO ESCOLAR NA TERRA INDÍGENA AWAETÉ-PARAKANÃ

Ao longo dos anos a educação escolar indígena na T.I. Parakanã passou por diversas transformações até chegar ao modelo presente no território. Uma educação escolar indígena que, com muitas lutas tenta se constituir diferenciada e específica, pensada e planejada pelos próprios *Awaeté-Parakanã*, que valoriza a organização social, os saberes tradicionais, a cultura, a crença, as tradições e os direitos do povo. De acordo com Alencar, Sena e Nonato (2022), a construção da educação escolar na T.I. Parakanã pode ser dividida em três etapas: Educação escolar *para* os *Awaeté-Parakanã*, educação escolar *com* os *Awaeté-Parakanã* e educação escolar feita *pelos* *Awaeté-Parakanã*.

Segundo Alencar, Sena e Nonato (2022), a primeira fase do processo de escolarização dos Awaete da T.I. Parakanã ocorreu entre os anos de 1980 a 1990, quando a educação escolar foi promovida e organizada pela FUNAI. Tratava-se de um modelo escolar pensado a partir dos valores coloniais no qual a organização social e os valores culturais dos *Awaeté-Parakanã* eram ignorados.

Desenvolvida em modelo de tutela, na escola havia uma professora *toria*⁴ responsável pela alfabetização dos Awaete. Em seus relatórios, a professora relata o fracasso em alfabetizar até mesmo as crianças, pois a falta de conhecimento da língua materna do grupo impossibilitou a comunicação e conseqüentemente a escolarização (NONATO, 2022, p. 30-31).

Já em 1990, após a criação do PROPKN, que foi criado como forma de mitigação no propósito de minimizar os impactos causados pela Eletronorte na construção da Usina Hidrelétrica de Energia de Tucuruí, ao território e formas de organização e subsistência dos *Awaeté-Parakanã*, ocorreu a segunda fase do processo de tentativa de escolarização que durou até o ano de 2013. Segundo Emídio-Silva (2017), o PROPKN iniciou o processo de escolarização dos *Awaeté* contratando o linguista João das Letras. Esse realizou levantamentos linguísticos e formação de equipes para atuação nas aldeias existentes. “O modelo de escolarização dos *Awaeté*, orientado pela proposta de João das Letras, seguia princípios éticos ao desenvolver atividades que visavam o respeito à cultura e partindo da necessidade dos *Awaeté*”. (NONATO, 2022, p. 33).

O terceiro momento da educação escolar *Awaeté-Parakanã* se dá a partir de 2014, quando as escolas das comunidades, de acordo com as lideranças *Awaeté-Parakanã*, não estavam mais atendendo às demandas do povo. As escolas do PROPKN, a partir daquele ano, dentro das aldeias, começaram a apresentar um número elevado de evasão e as

crianças eram levadas para frequentar as aulas em escolas rurais da região. Atualmente, a educação escolar na T.I. Parakanã está vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e sob a gestão das prefeituras de Novo Repartimento e Itupiranga, pois a T.I. está inserida em área sob jurisdição desses dois municípios.

A educação escolar *Awaeté-Parakanã* no município de Novo Repartimento obteve avanços importantes nos anos de 2017 a 2020. Dessas constantes lutas por uma educação escolar indígena diferenciada e específica dos *Awaeté-Parakanã* foi construído o Projeto Político Pedagógico das escolas na T.I Parakanã. Uma parceria entre a comunidade e a Secretaria Municipal de Educação de Novo Repartimento (SEMED/NR). Segundo Nonato (2022), o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi construído em debates entre a SEMED/NR e o povo *Awaeté-Parakanã*. Nonato (2022) destaca também que houve a criação do Documento Curricular do Município de Novo Repartimento (DCM/NR). Nos encontros de elaboração desse documento, além dos técnicos da SEMED/NR, dos professores indígenas e não indígenas, além de professores da Unifesspa e técnicos da FUNAI.

Segundo Moraes (2018), em 2018, foram criadas 14 escolas no interior da T.I. Parakanã. Houve contratação de 56 professores para assumirem as salas de aulas nessas aldeias, os quais apresentavam diferentes níveis de escolarização. Vale ressaltar que até o ano de 2018 não havia escolas nas aldeias coordenadas pelo município de Novo Repartimento. A partir deste ano, após a conferência municipal de educação, ocorrida em 2017, o município inseriu a modalidade de educação escolar indígena no sistema municipal de ensino e assumiu a gestão das escolas nas aldeias.

Já nas aldeias geridas pela Prefeitura Municipal de Itupiranga, a situação é mais complexa e precária. A luta constante pelo reconhecimento das escolas indígenas é um dos problemas recorrentes não só do povo *Awaeté-Parakanã*, mas também dos povos *Guajajara* e *Atikum*, cujos territórios estão na área de abrangência daquele município.

Em documentos encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF), essas comunidades vêm apresentando demandas ao órgão responsável pela educação do município. No entanto, a SEMED-Itupiranga insiste em não reconhecer os direitos destes povos previstos na Constituição Federal de 1988 que estabelece no Art. 231 que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Em ofício de número 05/2019 apresentado ao procurador do MPF de Marabá no período de março de 2021, os povos *Awaeté-Parakanã*, *Guajajara* e *Atikun* reivindicaram à SEMED de Itupiranga direitos básicos previstos na Constituição.

De longa data, as lideranças e professores indígenas têm reivindicado o direito à educação escolar específica, intercultural, diferenciada e bilíngue, que deve ser efetivada por meio de uma Política Pública de Educação Escolar Indígena. No entanto, o município tem sistematicamente negligenciado no atendimento das demandas básicas da educação escolar nas aldeias, dentre as quais citamos:

- O município não tem respeitado o direito de Consulta Livre, Prévia e Informada dos povos indígenas em todas as ações referentes à Educação Escolar Parakanã, Atikun e Guajajara;

- As aldeias Parakanã não têm escolas construídas pelo município, as aulas acontecem em lugares improvisados, oferecendo riscos à segurança dos estudantes;

- Não está sendo realizada formação inicial e continuada de professores indígenas e não indígenas que atuam nas comunidades;

- A escola da aldeia Guajanaíra embora disponha de professor indígena fluente na língua, ao ponto de ensinar as crianças da aldeia, desde 2018, mesmo com a recomendação OFÍCIO N. 213/2016-GAB I/PRM/MBA/PA deste órgão ministerial, para contratação da liderança indicada pela comunidade para lecionar língua materna no ensino fundamental dentro da aldeia, nos termos da legislação nacional e internacional assumida pelo Poder Público, sem prejuízo da manutenção da professora indígena concursada e recebendo pelas 200 horas a qual tem direito, a SEMED tem obstado tal recomendação desde o referido ano, isto é, tem sido negado/violado este direito na respectiva comunidade;

- A SEMED não dispõe de orientação pedagógica e para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e Currículos específicos;

- A alimentação escolar ofertada nas escolas não atende as especificidades culturais alimentares dos povos indígenas;

- A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) não tem realizado a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos a partir das especificidades educacionais e linguísticas indígenas;

Os professores e os servidores das aldeias estão exonerados pelo município e ainda não foram recontratados, apesar de todas as tratativas, diálogos, reuniões e reivindicações das comunidades. O município tem protelado a realização dos contratos, o que tem impossibilitado o início das atividades letivas nas comunidades. (Ofício 05/2019 Representação MPF: Parakanã, Guajajara e Atikun. Marabá, 2021).

Em documento mais recente apresentado ao MPF, no período de janeiro de 2023, essas comunidades denunciam que nada foi feito a respeito das solicitações anteriores e que a SEMED continua a negligenciar seus direitos.

Tais povos possuem em tramitação, neste órgão ministerial, o procedimento 1.23.001.000082/2021-65. É importante ressaltar, que nada do que foi apresentado neste procedimento foi solucionado pela SEMED,

pelo contrário, à situação da educação escolar indígena no âmbito municipal, só tem piorado. O fato é que, a SEMED insiste em não reconhecer os direitos destes povos (Denúncia apresentada ao MPF. Marabá, 2023).

Na aldeia Parano'a a educação escolar atualmente é gerida pela SEMED/NR. Esta é responsável pela lotação de professores *toria*, professores *Awaeté* e demais funcionários da escola, além das questões burocráticas como matrículas, etc.

Segundo o PPP, todos os professores Awaete são contratados, lotados com 125 horas, sendo 100 horas para que atuem como intérpretes nas turmas de alfabetização e séries iniciais do ensino fundamental, e 25 horas destinadas à atuação como intérpretes em turmas de EJA. Assim, em cada turma há sempre o professor *toria* e o intérprete Awaeté-Parakanã, pois as crianças não falam a língua portuguesa. Tal situação mantém a relação de negação aos povos indígenas do protagonismo na construção da escola em seus territórios, uma vez que no contexto aqui analisado, por exemplo, se reproduz o modelo de educação bilíngue no qual se impõe a língua portuguesa como língua de instrução em salas de aula onde todas as crianças falam uma língua indígena. E os professores indígenas continuam colocados no lugar de intérpretes, tradutores, mas não de professores nas escolas dentro dos seus territórios (NONATO, 2022, p. 43).

Nas escolas *Awaeté-Parakanã* sob a gestão da SEMED-NR são ofertadas turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e Educação para Jovens e Adultos (EJA) na modalidade regular. No entanto, na escola *Imopinimawa Wyra'awa Inatahya* houve uma redução de estudantes matriculados a partir da pandemia de Covid-19. No ano de 2021 havia 35 alunos matriculados. Em 2023, na escola *Wyra Awa Inatahya* há 15 crianças matriculadas e é ofertado todo o ensino fundamental. Alguns fatores pessoais contribuíram para que algumas famílias mudassem de aldeia, dessa forma, a escola acabou tendo redução no número de estudantes.

Destaca-se que até ano de 2021 os professores *Awaetés* atuavam como tradutores nas escolas da T.I. Parakanã. A partir de então, os *Awaeté-Parakanã* conseguiram que esses professores fossem contratados como professores regentes de turmas, principalmente da Educação Infantil, mas também como professores de Língua *Awaeté-Xe'enga* nas demais turmas do Ensino Fundamental com lotação de 100 horas.

Para melhor compreensão organizamos um quadro no qual apresentamos a distribuição de estudantes por turmas e por professores no ano de 2023.

Quadro 03: Turmas 2023.

Turma (Multissérie)	Nº de alunos	Turno	Língua de instrução	Professor regente	Escolaridade
1º e 3º ano	04	Manhã	Português- com presença do tradutor Awaeté	Não indígena	Lic. Pedagogia
4º e 5º ano	04	Tarde	Português e Awaeté	Awaeté	Ens. Médio
Ed. Infantil	06	Manhã	Awaete	Awaeté	Ens. Médio
6º e 7º ano	12	Tarde	Português- com presença do tradutor Awaeté	Não indígena	Lic. Pedagogia

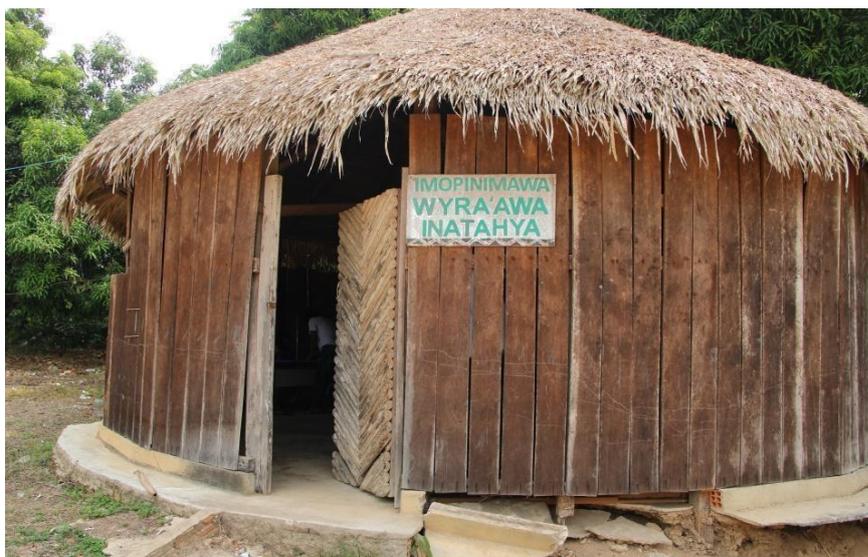
Fonte: Diário de campo, 2022.

Destaca-se que na turma multisseriada e 6º e 7º ano há duas crianças com Síndrome de Down. A professora responsável pelas disciplinas da turma de 6º e 7º ano é a mesma que atua do 1º ao 3º ano, cuja formação é Licenciatura em Pedagogia. O professor regente da turma de Educação Infantil é um professor indígena e há outro professor indígena que é responsável pelo ensino de língua *Awaeté-Xe'enga* nas turmas de 6º ao 7º ano e é o responsável pela turma de 4º e 5º ano do ensino fundamental. Dessa forma, os professores *Awaetés* atuam dentro das escolas como intérpretes lotados pela SEMED/NR com 100 horas para alfabetização e séries iniciais e 25 horas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Diário de Campo, 18.11.2022).

Quanto ao ensino de Língua Portuguesa e *Awaeté-Xe'enga*, na Educação Infantil a criança têm contato somente com a língua materna da comunidade, pois se trata da fase de inserção da criança no mundo escolar. Já nas series no Ensino Fundamental e EJA, o ensino de línguas é gradativo, dessa forma, as crianças, adolescentes, jovens e adultos tem 100 horas em Língua Portuguesa e 100 horas em Língua *Awaeté-Xe'enga*.

A escola *Imopinimawa Wyra'awa Inatahya* funciona em prédio cujas paredes são feitas de tábuas, o piso é feito de cimento queimado e a cobertura de palha, correspondendo à arquitetura própria dos *Awaeté-Parakanã*. Essa estrutura, porém, já está bastante deteriorada e demanda melhorias. Os *Awaeté-Parakanã* reivindicam a construção da escola em alvenaria para que o prédio seja permanente. Na igreja, feita em madeira e coberta com telhas brasilitas, também funciona uma sala de aula durante a semana. Nela há um quadro branco juntamente com algumas mesas, cadeiras e bancos de madeira para os estudantes.

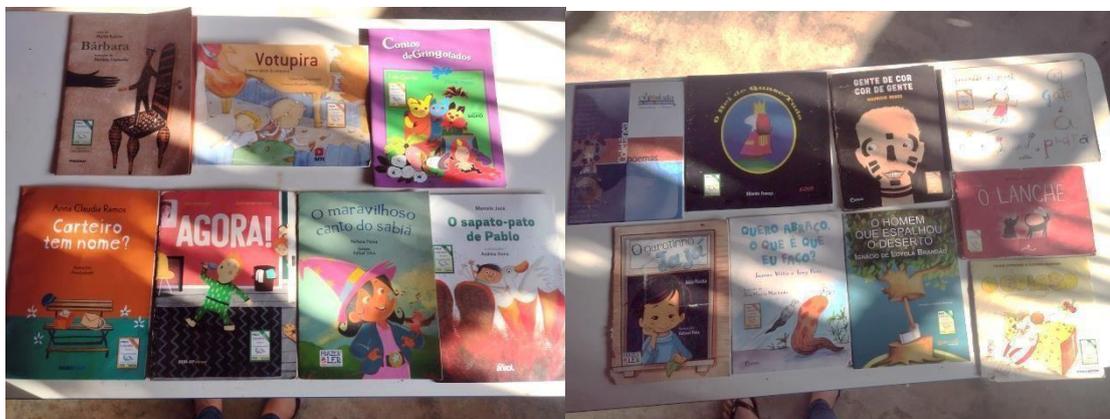
Figura 08: Escola *Imopinimawa Wyra'awa Inatahya*.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

Os livros didáticos são armazenados em prateleiras de madeira e ficam expostos à umidade. São livros na sua maioria provenientes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) entre outros.

Figura 09: Livros didáticos.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

Como se observa pelas imagens, pelos títulos dos livros didáticos, e por análise do material no momento da foto, não há no acervo da escola nenhum livro que tenha personagens indígenas, com as temáticas indígenas ou com histórias e cultura afrobraseleira.

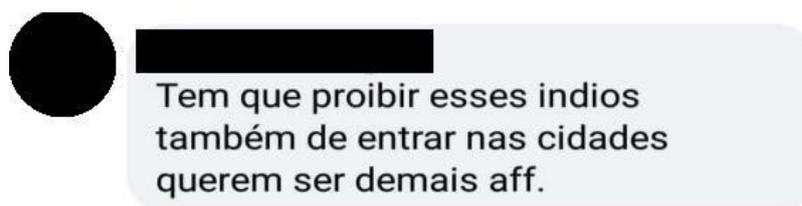
A escola possui dois quadros brancos à disposição dos professores, há também mesas e cadeiras para os estudantes e um filtro de água de argila. A sala não possui divisória, mas é utilizada por dois professores (*toria* e *Awaeté*) que a divide de forma

imaginária para alfabetizar e letrar os estudantes.

A merenda escolar é preparada na cozinha da casa do cacique. Geralmente é servido suco industrializado, leite em pó, achocolatado, biscoitos, arroz, macarrão, enlatados e frangos. “A SEMED/NR não manda polpas de frutas porque não tem lugar adequado para armazenar e acaba estragando. Os frangos têm que serem consumidos logo para não estragar” (Diário de Campo, 18.11.2022).

Assim como as escolas dos *toria* sofreram com a pandemia de Covid-19, nas escolas indígenas *Awaeté-Parakanã* não foi diferente. A pandemia interrompeu as atividades por um longo período que resultou na regressão do aprendizado dos estudantes, entre outros problemas. Ao retomar as atividades escolares pós-pandemia, os *Awaeté-Parakanã* da T.I. Parakanã se viram em meio a um conflito com a sociedade não indígena. Isso ocorreu depois que os corpos de três jovens *toria* do município de Novo Repartimento foram localizados dentro da T.I. O caso está sob investigação². Apesar disso, a SEMED/NR retirou todos os professores *torias* que se encontravam nas aldeias da T.I. Parakanã e novamente, as atividades escolares foram suspensas. Os *Awaeté-Parakanã* desde então estão impedidos de transitar fora de seu território e de ingressar na sede do município de Novo Repartimento. Todos os *Awaeté-Parakanã* vivem sob fortes ameaças contra a sua vida e a de qualquer pessoa que se relacione com eles, comercialmente ou na prestação de serviços públicos.

Figura 10: Mensagem de ódio contra os *Awaeté-Parakanã*.



Fonte: FERNANDES, Rosani de F. Apresentação de seminário. Marabá, 2022.

Diante da situação bastante delicada e a necessidade de retomada das atividades escolares, a SEMED/NR preparou um material impresso para que as aulas fossem

²(Sumiço de caçadores faz população se revoltar contra os Parakanã (Cf. <https://amazoniareal.com.br/parakana-amecados/>); Indígenas sofrem ataques por redes sociais após caçadores serem encontrados mortos na terra Parakanã, diz Federação no PA (Cf. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/02/indigenas-sofrem-ataques-por-redes-sociais-apos-corpos-serem-encontrado-na-terra-parakana-diz-federacao-no-pa.ghtml>); Quase um ano após morte de caçadores em reserva indígena no Pará, famílias cobram respostas (https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/18/quase-um-ano-apos-morte-de-cacadores-em-reserva-indigena-no-para-familias-cobram-respostas.ghtml).

retomadas de forma remota, assim como foi durante a pandemia de Covid-19. No entanto, não havia transporte para que esse material juntamente com a merenda escolar chegasse até as aldeias. A SEMED/NR então sugeriu que os próprios *Awaeté-Parakanã* fossem retirar esse material na cidade de Novo Repartimento, ignorando assim o risco e todas as ameaças dirigidas a eles (Diário de Campo, 18.11.2022).

Em decorrência dessas questões apresentadas acima, a educação escolar nas escolas da T.I. Parakanã estiveram paralisadas por muito tempo. Quando estivemos a primeira vez na aldeia *Parano'a*, no mês de agosto de 2022, as crianças ainda estavam sem aulas na aldeia. Dessa forma, o índice de regressão do aprendizado foi muito maior do que nas demais escolas do município. Segundo relatos de professores *torias* e *Awaeté*, somente no mês de novembro de 2022 puderam retomar as atividades escolares presenciais na aldeia.

A forma de ensino remoto a partir de cadernos de atividades não surtiu resultados positivos nas escolas da T.I. Parakanã. Trata-se de um povo para quem a língua portuguesa é uma segunda língua, cuja aquisição ocorre de forma muito precarizada, sem o planejamento e materiais adequados para o ensino de uma segunda língua na escola. Os estudantes não têm conhecimento suficiente para resolverem as questões propostas nos cadernos de atividades. “A gente está tendo que começar basicamente do zero. Esses cadernos não ajudaram em nada por que eles não têm domínio da Língua Portuguesa. É a mesma coisa que você pegar um estudante *toria* e dar para ele um caderno de atividades em inglês” (professor *toria*, Diário de Campo, 18.09.2022).

A falta de políticas públicas voltadas para essas comunidades têm sido um problema recorrente no município de Itupiranga. Trata-se de um problema estrutural no Brasil, desde o período colonial. Em 2016, Nelson Maldonado Torre descreveu a forma como o colonialismo encontra-se introduzido na sociedade.

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. (MALDONADO-TORRES, 2016, p.18.)

Nota-se que apesar do fim do período colonial no país, o colonialismo encontra-se enraizado no imaginário da população. É fundamental que essas relações de dominação

sejam desconstruídas. Situações essas que reforçam o preconceito, o racismo e que no fim só reforçam a desigualdade social, na qual essas comunidades se encontram inseridas. É importante que a comunidade não indígena reconheça e compreenda a diversidade cultural presentes nessas comunidades tradicionais, que respeitem as diferenças étnicas e executem ações essenciais garantidas na Constituição.

5. A CONSTRUÇÃO DO LIVRO DE NARRATIVAS AWAETÉ-PARAKANÃ E O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Apesar da Constituição de 1988 assegurar os direitos dos povos indígenas e reconhecer a diversidade cultural, religiosa, política, sobretudo linguística, muito pouco tem sido feito a respeito.

Entretanto, ainda são grandes a hostilidade e a violência alimentadas não só por ambições de natureza econômica, mas também pela desinformação sobre a diversidade cultural do país sobre a importância dessa diversidade para a ação e para a humanidade e sobre os direitos fundamentais das minorias (RODRIGUES, 2005, p. 36).

O não reconhecimento do Brasil como sendo um país multilíngue contribuiu para esse apagamento de milhares de línguas indígenas e de imigração. Cavalcanti (1999) chama a atenção para esse mito de monolinguismo no país. Segundo a autora, “esse mito é eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades imigrantes, as majorias tratadas como minorias” (CAVALCANTI, 1999, p. 387).

Outro fator que contribui para a manutenção deste mito do monolinguismo se refere às instituições que formam profissionais para atuar nas áreas da educação e do ensino de línguas, onde os processos de formação não incluem aspectos que visem a valorização da diversidade cultural e linguística presente no cenário brasileiro como enfatiza Cavalcanti.

Os cursos de formação de professores dentro da conjuntura atual de políticas linguísticas (muitas vezes não explícitas) e de políticas educacionais devem arcar com essa culpa do status quo. A diversidade linguística e cultural precisa ser parte da sala de aula, das comunidades envolvidas, dos cursos de formação (CAVALCANTI, 1999, p. 403).

Cavalcanti destina essa crítica, principalmente, às faculdades privadas que se preocupam em atender a demanda do mercado de trabalho, em curto prazo. Os professores são preparados para lidar com o conteúdo programático e não para situações complexas como facilmente se encontra em escolas do campo e em escolas indígenas, ou escolas da cidade que recebem os estudantes oriundos dessas comunidades tradicionais. Segundo a autora, apesar da existência de uma maioria de contextos bilingües nas escolas públicas brasileiras, principalmente no campo, esses contextos são ignorados ou apagados e passam a impressão de cenários monolíngues.

Quando se trata de trabalhos acadêmicos relacionados aos povos indígenas do Brasil, Rodrigues (2005) afirma que existe uma grande deficiência de políticas públicas

destinadas às universidades para que elaborem projetos com bolsas e auxílios para pesquisas com línguas indígenas.

Em 1987, quando só uma universidade brasileira, a Unicamp, estava formando pesquisadores para trabalhar com línguas indígenas, foi criado no CNPq, como programa especial, o PPCLIB - Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras, destinado a fomentar tanto a pesquisa como a formação de pesquisadores. Não foi destinada nenhuma verba específica para esse fim, mas foi adotada uma política de preferência a projetos que se enquadrassem nas propriedades definidas pelo o programa. (RODRIGUES, 2005, p.36.)

Rodrigues (2005) aponta que existem vários fatores para que não haja a realização dessas pesquisas. Segundo ele, a demanda de pesquisadores ainda é pequena, motivada pela organização das Universidades Brasileiras e a posição que tem nelas a linguística.

No nível de graduação a linguística é ensinada nos cursos profissionalizantes de licenciatura em Letras, destinados basicamente à formação de professores para o ensino médio, e na maioria dos currículos seu papel é apenas ancilar. No nível de pós-graduação, poucas universidades têm programas específicos de linguística, pois a maioria dos programas são projeções mais avançadas dos cursos de graduação, são programas simplesmente “de letras”. Isto reflete em boa parte a organização departamental das faculdades de letras, das quais muito poucas têm departamentos de linguística mesmo estes, onde existem, são compelidos a preocupar-se maximamente com a formação de professores para a língua majoritária, a portuguesa, e suas expressões literárias. Uma outra característica desfavorável da atual organização universitária é a compartimentação estanque dos departamentos e dos cursos, não só na graduação, mas também na pós-graduação. Em geral não existe espaço para currículos diferenciados e interdisciplinares. (RODRIGUES, 2005, p.36-38)

Durante o período da escola da FUNAI, na T.I. Parakanã, a educação escolar se baseou em princípios coloniais, cujo objetivo do ensino bilíngue era promover a substituição da língua indígena pela língua portuguesa. Na segunda fase, porém, da escola do PROPKN, o modelo de ensino bilíngue era o oposto. Ou seja, o ensino objetivava fortalecer e garantir a transmissão da língua indígena, porém oferecendo poucos recursos para os *Awaeté-Parakanã* ampliarem o seu domínio da língua portuguesa oral e escrita. Apesar da criação do PROPKN como tentativa de mitigar os impactos sofridos pelos *Awaeté-Parakanã* da T.I. Parakanã, ainda são escassos os materiais produzidos na língua materna, principalmente quando se trata de materiais didáticos que possam ser utilizados nas escolas das aldeias. Segundo Emídio-Silva (2017), há até o momentosamente um material para alfabetização escrito na língua *Awaeté-Parakanã*. Não há livros para as demais áreas do conhecimento ou níveis de escolarização, nem obras paradidáticas escritas

nessa língua indígena. A ausência de materiais escritos em *Awaeté-Xe'enga* tem sido questionada pelas lideranças e professores da comunidade que desejam que a história e os conhecimentos do povo sejam ensinados na sua própria língua para a nova geração.

Em decorrência disso, os *Awaeté-Parakanã* apresentaram à FUNAI uma demanda de assessoria à produção de materiais escritos na língua da comunidade e em língua portuguesa para que possam ser utilizados nas escolas da T.I. Parakanã. A FUNAI, por sua vez, apresentou a demanda à Unifesspa que acatou a proposta através do Projeto Integrado de Pesquisa de Extensão “Políticas linguísticas de valorização e manutenção da língua *Awaeté-Parakanã*”, o qual inicialmente foi realizado com financiamento do Edital PIBEX-2022/PROEX-UNIFESSPA e as ações continuam a ser realizadas com o apoio do PROPKN e do órgão indigenista. Esses órgãos garantem o deslocamento e hospedagem dos pesquisadores da Unifesspa para realizarem as oficinas de registro em áudio, áudio e vídeo e de escrita das narrativas *Awaeté-Parakanã* previstas no desenvolvimento do Projeto Integrado de Pesquisa de Extensão na Aldeia *Parano'a*, bem como o deslocamento dos narradores e escritores *Awaetés* para a cidade de Marabá para a edição dos textos já escritos no Laboratório de Memória e História Oral da Educação do Campo, da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) no campus III da Unifesspa, em Marabá. Vale destacar que o projeto ainda está em vigência, finalizando a revisão da escrita das narrativas em *Awaeté-Xe'enga* e Português. Essa demanda apresentada pelos próprios *Awaeté-Parakanã* contribui para a valorização e fortalecimento de sua língua na comunidade e fora dela, visto que:

A única forma de se opor, concretamente, ao desaparecimento de uma língua indígena é fazer frente, deliberadamente, à perda de espaços para a língua portuguesa, garantindo (ou criando), para a língua indígena, funções e usos sociais relevantes e prestigiados. Desenvolver a escrita em língua indígena é uma das formas importantes e, possivelmente, uma das mais eficazes, para uma política de resistência da língua indígena às pressões da língua majoritária. E é também um dos instrumentos mais eficazes de uma política linguística de fortalecimento e modernização da língua indígena, indispensável para sua sobrevivência futura (D'ANGELIS, 2005, p. 15).

A construção do livro ocorreu através de quatro oficinas no período de agosto a novembro de 2022 com lideranças e professores *Awaeté* da aldeia *Parano'a*, técnicos da FUNAI e equipe de apoio da Unifesspa. A primeira oficina ocorreu no período de 26 a 28 de Agosto de 2022, no qual a equipe foi composta por dois técnicos da FUNAI, pela professora coordenadora, pesquisador e a bolsista do Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão da Unifesspa. Nesta oficina realizou-se a primeira observação na aldeia e

apresentação da equipe responsável pelo desenvolvimento do livro. Realizou-se ainda rodas de conversa com o cacique e demais membros da comunidade para a definição do conteúdo a compor o livro, do formato do livro e registros fotográficos e escritos para a elaboração do livro e do recolhimento de materiais já escritos pelos próprios *Awaeté-Parakanã* para digitação. Foi nesse encontro que a comunidade decidiu que o livro deveria ser bilíngue *Awaeté* - Português. A liderança e os professores *Awaetés* destacaram em suas falas que: “Queremos o livro nas duas línguas para que os *konomia* que vão nascer conheçam a história do nosso povo e para que os *toria* também conheçam a nossa história” (Diário de Campo, 26.08.2022).

A fala dos professores mostra a grande necessidade de que qualquer produção de material didático para as escolas indígenas deve ser feita com e pelos professores indígenas e lideranças tradicionais. O diferencial da produção desse livro do Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão realizado através da parceria Unifesspa, FUNAI e membros da aldeia Parano'a é que está sendo feito respeitando os processos de decisão, as escolhas e os objetivos da comunidade.

Também ficou definido que o livro deveria ser ilustrado por desenhos feitos pelos *konomia*, que deve ser disponibilizado em arquivo digital, além de ser impresso e seus exemplares serem entregues em cada escola da T.I. Parakanã. Os *Awaeté-Parakanã* também demandaram que o livro seja acompanhado de um CD com o áudio das narrativas para que possa ser utilizado nas escolas da T.I. Parakanã como recurso pedagógico. Outro ponto ressaltado pelos *Awaeté-Parakanã* foi referente à distribuição do livro, o qual não poderá ser vendido em hipótese alguma, já os critérios de distribuição/doação do material ficarão à disposição dos líderes da aldeia.

A segunda oficina ocorreu no período de 11 a 13 de Setembro de 2022 e objetivou realizar a revisão das narrativas já escritas em *Awaeté-Xe'enga* e *Toria-Xe'enga*. A revisão dos textos em *Awaeté-Xe'enga* foi realizada pelos professores *Awaeté* junto ao narrador. E dos textos escritos em Português foi realizada pelos falantes junto com a coordenadora do Projeto. Também foram realizados registros em áudio e vídeo do cacique narrando a história da Arara para os *konomias* (crianças), na língua da comunidade. Em seguida os professores *Awaeté-Parakanã* conduziram a oficina de produção de desenhos sobre essa narrativa com os *konomias* para ilustrar o livro e do recolhimento de mais materiais escritos pelos próprios *Awaeté-Parakanã* para digitação.

A terceira oficina ocorreu no período de 14 a 16 de Outubro de 2022. Nesta realizou-

se novamente a revisão das narrativas já escritas em *Awaeté-Xe'enga* e *Toria-Xe'enga* junto com o narrador e os professores *Awaetés*. Realizaram-se novos registros em áudios e fotos da aldeia, bem como a digitação das narrativas pelos professores *Awaetés* em computadores levados pela equipe de pesquisadores. A quarta oficina ocorreu no período de 17 a 20 de Novembro de 2022 e nela se realizou registro em áudio de mais uma narrativa, em *Awaeté-Xe'enga* e Português, a revisão das narrativas já escritas e registros fotográficos da aldeia.

Figura 11: Oficina de correção do material digitado.



Fonte: SOUZA, Raquel Araújo. Arquivo pessoal. Novo Repartimento, 2022.

Para os *Awaeté-Parakanã* da aldeia *Parano'a*, dominar a Língua Portuguesa antes de tudo significa “aprender a se defender do *toria* usando a sua própria língua”. Conhecer o código comunicativo do não indígena também se trata de resistência.

A gente quer aprender ler aqueles documentos do programa porque *Awaeté* nunca entende o que tá escrito lá. Eles falam, mas *Awaeté* não sabe se pode confiar. [...] *Awaeté* quer aprender pra saber como funciona esses contratos da SEMED, pra saber o que a prefeitura pode fazer e pra poder cobrar nossos direitos (Diário de Campo, 19.11.2022).

O processo de escrita das narrativas *Awaeté-Parakanã* pelos próprios falantes e professores *Awaetés* corrobora o que D'Angelis (2005) refletia sobre a importância de formação de escritores para as línguas indígenas como forma de contribuir com a existência dessas línguas. O autor também trata da importância de produzir materiais escritos em diversas escalas de conhecimento, podendo ser utilizado nas escolas desde a

alfabetização das crianças ao ensino médio dos jovens e adultos, ou até mesmo para a apreciação literária. D'Angelis (2005) chama a atenção que:

- Para formar uma geração de escritores indígenas, é preciso que haja programas e ações efetivamente voltados para isso, em lugar das simples ações centradas no produto material do livro em língua indígena;
- Programas de formação de escritores não podem restringir-se à produção de textos para as séries escolares iniciais (sobretudo, a produção de textos “infantilizados”), nem igualar produção de literatura escrita com transposição para a escrita de literatura oral (D'ANGELIS, 2005, p. 24).

A compreensão e o domínio ortográfico e normativo da Língua Portuguesa pelos *Awaeté-Parakanã* significa conquistar a autonomia, principalmente nas escolas da T.I. Parakanã. Podemos observar na fala de um dos professores indígenas: “a gente quer aprender o Português pra nós decidir o que vamos ensinar nas nossas escolas para os nossos *konomia*” (Diário de Campo, 19.11.2022).

Para a formação de escritores indígenas é importante permitir que eles explorem as possibilidades que se permite construir através da escrita. É importante que estes escritores tenham contato com diferentes gêneros textuais e com a reflexão teórica sobre as características de cada um desses gêneros. É indispensável para o processo de autonomia destes escritores criar condições para que possam construir sua própria noção de gênero a partir de suas experiências (D'ANGELIS, 2005, p. 27).

Dominar o uso de tecnologia como o notebook e a câmera digital também se trata de uma necessidade que os próprios *Awaeté-Parakanã* buscam aperfeiçoar. Durante a realização das oficinas para correção do material digitado pela bolsista os *Awaeté-Parakanã* sempre se prontificaram a aprender e manusear os equipamentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

D'Angelis (2005) apresenta a formação de escritores indígenas como parte do processo para combater o avanço da Língua Portuguesa dentro das comunidades indígenas e o desaparecimento das línguas maternas. Essa formação deve ser voltada para a apresentação de diferentes conceitos de escrita para que esses escritores tenham base teórica de cada conceito apresentado e tenham autonomia para a realização de trabalhos e escritos futuros.

O objetivo de refletir sobre o estatuto da Língua Portuguesa em uma comunidade tradicional do sudeste do Pará de contato recente com o não indígena se tornou possível a partir de estudo de um referencial teórico que discute o processo de transformação da educação escolar ocorrido na T. I. Parakanã. Com a escola inicialmente introduzida no território a partir de uma perspectiva de alfabetização dos indígenas seguindo padrões eurocêntricos, não se diferenciando o ensino na escola indígena dos modelos presentes nas escolas rurais da época. Posteriormente, pensada por um professor linguista, João das Letras, o processo de escolarização indígena no território teve um avanço significativo, mas não o bastante. A educação era pautada a partir das necessidades do grupo e se fundamentava nos princípios de respeito à cultura e à linguagem.

No momento atual os *Awaeté-Parakanã* têm demandado dos municípios de Itupiranga e Novo Repartimento que o ensino realizado nas escolas das suas respectivas aldeias contribuam para desenvolvimento de uma boa proficiência em Língua Portuguesa. É projeto dos *Awaeté-Parakanã* que num futuro próximo possam dialogar de forma igual com o *toria* e assumir a coordenação de suas escolas e de órgãos indigenistas na luta pelo exercício e garantia de seus direitos, apropriando-se das tecnologias, dialogando com professores indígenas de outras etnias da região, bem como os professores não indígenas, apresentando a própria história ao *toria* e à outros grupos indígenas através de suas perspectivas de vida, dentre outras demandas.

Ao concluir esse estudo compreendemos que a história dos *Awaeté-Parakanã* é marcada por lutas em defesa do seu território e pelo exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988. Destacamos que este estudo não se esgota aqui. Pelo contrário, visto que a participação dos *Awaeté-Parakanã* nos processos decisórios de construção da educação escolar na T.I. Parakanã se fortalecem a partir do ano de 2017, no município de Novo Repartimento, bem como nas demais aldeias da T.I. Parakanã, é necessário que se realizem mais estudos, especialmente, observando o cotidiano das aulas na escola da aldeia *Parano'a*.

7. REFERÊNCIAS

_____. Recomendação N° 05/2019, Marabá, 2019.

_____. Representação Parakanã, Guajajara e Atikun, Marabá, 2021.

ALENCAR, Maria Cristina Macedo; SENA, Laécio Rocha de; NONATO, Mayane Lima. (Re)Existências do povo Awaete-Parakanã na construção de uma educação escolar específica e diferenciada. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v, 7, 2022, pp.1-26.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. Estudos sobre Educação Bilíngüe e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. UNICAMP. **D.E.L.T.A.**, Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999, pp. 385-417.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam**. UNICAMP, 2014.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas indígenas precisam de escritores? Linguagem e letramento em foco: Formação do professor indígena**. Cefiel/IEL/UNICAMP, 2005.

Diário de Campo. Unifesspa, Marabá, 2022.

EMÍDIO-SILVA, Claudio. *Xene ma'e imopinimawa: a experiência educativa do Programa Parakanã e suas contribuições para a afirmação da cultura, do território e da língua Parakanã*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da educação, Belém, 2017.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2010.

FERNANDES, Rosani de F. **Seminário: Avanços e desafios à Docência e Gestão em Educação Escolar intercultural Awaeté**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e estado**. vol. 31, n. 1, Jan-Abr, 2016, pp.75 -97.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG.; CASTRO, PA. (orgs). *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

MORAES, Antônia Lemos Braga de. Dilemas e desafios da escolarização do povo indígena Awaeté Parakanã. Mestrado (Dissertação). Programa de pós-graduação em Educação, UFOPA, Santarém, 2020, 235fl.

MPF. Denúncia ao MPF, Itupiranga, 2023.

NONATO, Mayane Lima. Princípios da educação escolar indígena no Projeto Político Pedagógico das escolas Awaeté-Parakanã no município de Novo Repartimento-PA. UNIFESSPA, Marabá, 2022.

PROPKN - Programa Parakanã: Convênio Eletronorte. Censo da Saúde Indígena. Novo Repartimento, 2023.

PROPKN - Programa Parakanã: Convênio Eletronorte. Novo Repartimento, 2022.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. Línguas do Brasil/Artigos. Cienc. Cult. vol.57 no. 2 São Paulo Apr./June 2005.